

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM PROL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Shirley Elias de Figueirêdo ¹
Josaniel Vieira da Silva ²

RESUMO

Ao refletir sobre a abordagem inclusiva no ambiente escolar, pode-se inferir sobre variadas demandas. Entre elas destaca-se a construção colaborativa do Projeto Político Pedagógico (PPP), como mais um instrumento de inclusão, defendendo que, diante da realidade inclusiva, a perspectiva da emancipação deve estar presente. Logo, entende-se a necessidade da gestão escolar defender e estimular a cultura inclusiva construída de forma democrática, contemplando a formação cidadã e os saberes pedagógicos. O estudo proposto trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de pesquisa a análise de dois Projetos Políticos Pedagógicos de duas unidades de ensino. Este trabalho tem como objetivo analisar o PPP frente à concepção de educação inclusiva. Para isso, foi preciso identificar as metas e ações envolvendo a educação inclusiva, com o intuito de assistir às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Bem como, discutir o papel da gestão escolar na construção do documento e na mediação e orientação da efetivação das ações e metas. A partir dos resultados, intenciona-se enfatizar as possibilidades de ações e estratégias que podem ser realizadas pela comunidade escolar, em prol da construção do PPP de maneira emancipatória, priorizando assistir o desenvolvimento social e pedagógico do/a estudante no processo de inclusão escolar, tendo suas especificidades e potencialidades respeitadas. A pesquisa toma seu embasamento nas proposições de Mantoan e Lanuti (2022), Scavoni (2016), Zanata (2014), Veiga (2002), e alguns ordenamentos jurídicos. Acredita-se que o Projeto Político Pedagógico deve oferecer propostas que viabilizam a inclusão escolar a partir da cultura inclusiva adotada pela instituição, proporcionando uma vivência e aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Educação inclusiva, Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

Partindo dos princípios democráticos, colaborativos e inclusivos, que devem estar atravessado no fazer pedagógico da unidade de ensino. Destaca-se o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que deve ser elaborado por cada instituição, evidenciando sua identidade, através do seu propósito, objetivos, metas e ações pedagógicas, capazes de nortear as experiências escolares de maneira democrática e inclusiva, visando atender as demandas apresentadas pelo contexto escolar.

Desse modo, Veiga (2002) considera o Projeto Político Pedagógico como um

¹Mestranda do Curso de Educação Inclusiva da Universidade de Pernambuco – UPE, shirley.efigueiredo@upe.br;

² Doutor em Educação. Prof. Adjunto Universidade de Pernambuco, josaniel.vieira@upe.br.

processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de escolhas cabíveis à execução de seu objetivo. A autora destaca ainda a igualdade de condições para acesso e permanência no ambiente escolar, entre os princípios norteadores do PPP. Sendo assim, é preciso utilizar o PPP também para refletir e discutir sobre as ações relacionadas à inclusão, ratificando que, para além do acesso, é necessário evidenciar a permanência de todos e todas estudantes.

A partir dessa consideração e com o intuito de potencializar a inclusão escolar, entende-se a necessidade da gestão escolar defender e estimular a cultura inclusiva construída de forma democrática, contemplando a formação cidadã e os saberes pedagógicos.

Sendo assim, observa-se a importância de investigar a perspectiva emancipatória do PPP em prol da educação especial na perspectiva inclusiva. Logo, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o PPP frente à concepção de educação inclusiva. Com esse propósito, foi preciso identificar as metas e ações envolvendo a educação inclusiva, com o intuito de assistir às pessoas com deficiência e/ou transtorno. Bem como, discutir o papel da gestão escolar na construção do documento e na mediação e orientação da efetivação das ações e metas.

Dessa maneira, as discussões teóricas desse estudo consideram as concepções defendidas por Mantoan e Lanuti (2020); Scavoni (2016), Zanata (2014), Veiga (2002), Libaneo (2015), bem como respaldam-se nos documentos legais que ratificam a temática da pesquisa.

Com o objetivo de buscar a analisar o PPP, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, contemplando a análise dos PPPs de duas instituições de ensino da Educação Infantil (CEMEI Sol e CEMEI Estrela).

Como resultado da pesquisa obteve-se o reconhecimento da contribuição significativa do PPP no contexto escolar inclusivo; e da importância e da necessidade da cultura inclusiva incentivada pela gestão escolar, através do envolvimento de toda comunidade no processo inclusivo; a ênfase na educação especial na perspectiva inclusiva é um processo que aos poucos está sendo vivenciado nas unidades de ensino; a temática inclusiva ainda é apresentada por meio de ações segmentadas e, por fim, percebe-se a fragilidade da função do PPP mediante as necessidades inclusivas.

Em geral, essa pesquisa demonstra uma relevância social e educacional significativa, relacionada a cultura inclusiva, sendo abordada de maneira colaborativa e democrática, a partir do PPP. Sendo o documento, um instrumento capaz de sinalizar

caminhos possíveis para a promoção da inclusão do/a estudante com deficiência e/ou transtorno.

METODOLOGIA

Buscando atender os objetivos propostos, o estudo evidencia a pesquisa de abordagem qualitativa, considerando a compreensão de determinado contexto social (Flick, 2009). Como instrumento de pesquisa, foi realizada a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), da rede municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Atendendo aos princípios éticos de pesquisa, foram adotados nomes fictícios para identificar as instituições: CEMEI Sol e CEMEI Estrela, garantindo assim o anonimato das unidades educacionais.

Vale destacar que os documentos disponíveis são referentes ao ano anterior, pois conforme informado pela gestão escolar dos CEMEIs, o PPP desse ano encontra-se em construção. Ou seja, os PPPs aqui analisados são referentes ao ano de 2023, pois até junho de 2024, período em que foi solicitado, os mesmos ainda estavam em construção.

A técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) foi utilizada para análise dos dados coletados e, conseqüentemente, foi proposto o diálogo com o referencial teórico, resultando na apresentação das conclusões obtidas a partir das análises.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acolhimento, informação, colaboração, ação e avaliação poderiam ser ações norteadoras para a construção colaborativa do Projeto Político Pedagógico. Explico: o ato de acolher, no sentido de envolver todo/a estudante, com suas particularidades e potencialidades, desperta o sentimento de pertencimento, eficaz para o seu desenvolvimento social e pedagógico. A obtenção de informações sobre a demanda real da instituição é essencial para propor metas e ações que possam de fato atender à realidade.

Sobre a colaboração da comunidade escolar na construção do PPP, Zanata (2014, p. 6-7) destaca:

A definição de papéis na construção do Projeto Político Pedagógico é parte fundante da gestão democrática praticada na escola. Contudo, é preciso que cada membro envolvido no processo escolar, seja ele professor, funcionário ou

gestor, perceba-se e se reconheça nesta construção, defina sua postura e seu papel na implementação das ações e metas propostas, colocando-se a serviço da promoção de um processo de inclusão responsável e digna.

Ou seja, a perspectiva inclusiva do PPP depende da colaboração de todos os segmentos da escola, todos/as precisam se sentir pertencentes e representados/as neste processo, logo, necessitam ter suas falas e reflexões garantidas.

Depois da construção coletiva do PPP, é preciso agir, unir esforços para “dar vida ao PPP”. Literalmente, é a hora da ação, colocar em prática tudo aquilo que foi planejado. No entanto, durante e após a execução, é preciso realizar uma avaliação contínua das propostas idealizadas e realizadas, como um momento para refletir coletivamente sobre o que deu certo e o que não deu, o que precisa melhorar. Enfim, um momento avaliativo que versa entre o proposto e o executado. E, a partir dessa avaliação, espera-se que ocorra o redirecionamento e/ou ressignificação das experiências pedagógicas propostas no PPP.

É importante atentar que o período de execução do documento não deve ser maior que um ano, pois a cada ano haverá novas demandas, novos desafios e novas possibilidades e, conseqüentemente, um novo documento precisa ser construído, com o intuito de atender às necessidades do corrente ano.

Assim, tornando-o um documento em movimento, cíclico e inclusivo (planejamento - execução - avaliação), atendendo a demanda educacional tanto dos/as estudantes quanto da equipe pedagógica, em consonância aos aparatos legais e aos princípios da gestão democrática, a partir da participação da comunidade escolar, como enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no Artigo 14, quando define os princípios que devem direcionar a produção do PPP, entre eles: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (Brasil, 1996), ratificando assim a participação efetiva dos segmentos da escola e fortalecendo a concepção de uma gestão participativa.

Ainda enfatizando sobre a construção do Projeto Político Pedagógico, é válido compreender o significado da sua nomenclatura. Essas três letras: “PPP”, carregam consigo significados importantes que atravessam as práticas pedagógicas. Mantoan e Lanuti (2022, p. 48, grifos do original) enfatizam que:

O PPP é um **projeto**, porque reúne e esquematiza as possíveis ações a serem desenvolvidas em um determinado período de tempo, com vistas a listar e organizar as intenções da escola, sempre considerando suas necessidades de reajustes e atualização. É de natureza **política** porque, sendo o documento de identidade da escola, expressa quais as concepções e práticas da equipe escolar referente à formação dos alunos, ao aperfeiçoamento profissional de seus

gestores, professores e demais funcionários e, além disso, gerencia a utilização dos recursos financeiros disponíveis. É **pedagógico**, pois define e organiza o ensino, assim como os demais projetos educacionais que a escola pretende desenvolver naquele ano.

Logo, um Projeto Político Pedagógico respaldado em seu real significado e atendendo as finalidades a curto, médio e longo prazo, que está comprometido com a realidade da instituição, de acordo com as necessidades da comunidade escolar, ratifica o defendido por Mantoan e Lanuti (2022), e serve como um instrumento pelo qual a escola planeja sua atuação para o ano letivo. A unidade de ensino precisa considerá-lo como um documento primordial, que norteará o desenvolvimento do trabalho pedagógico, afinal, o PPP precisa ser um documento “vivo” e acessível, e não engavetado, que apenas atende uma demanda administrativa sobre sua existência.

Ratificando a importância da articulação entre o PPP e os princípios da educação inclusiva, Scavoni (2016) defende o uso do Projeto Político Pedagógico como mais um instrumento de inclusão, defendendo que, diante da realidade inclusiva, a perspectiva da emancipação deve estar presente. O PPP precisa ser um documento ativo na instituição escolar, que legitimará as propostas educacionais da unidade de ensino, propondo e socializando práticas inclusivas que possam atender a toda a comunidade escolar, assim como formulando estratégias de enfrentamento às relações excludentes já existentes na escola.

Diante desta discussão, vale refletir sobre como a gestão escolar pode colaborar nessa perspectiva, a partir da mediação da construção do PPP, considerando a concepção da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, levando em consideração as vivências pedagógicas inclusivas, estimulando o caminhar inclusivo por meio do documento.

Nessa perspectiva, é defendida por Libâneo (2015, p. 92), a cultura da escola ou cultura organizacional: “[...] conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Ou seja, a partir da interação da comunidade escolar, o espaço escolar vai adquirindo, na convivência do dia a dia, alguns valores, crenças, significados e práticas do próprio grupo da escola, no qual essa cultura própria da escola vai sendo internalizada por todos/as.

Logo, se os valores inclusivos fizerem parte dessa cultura, pressupõe-se que a inclusão do/a estudante com deficiência e/ou transtorno poderá ser vivenciada com mais dignidade e qualidade, tendo todos os segmentos da escola como participantes ativos no

processo de inclusão escolar e a gestão escolar como peça fundamental para garantir o diálogo e mediação de ações democráticas e inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de atender os objetivos propostos, os PPPs dos CEMEIs Sol e Estrela serão analisados separadamente, por entender que cada unidade apresentará suas particularidades e suas concepções pedagógicas.

Na apresentação do PPP do CEMEI Sol, observa-se que é defendida uma conduta democrática e colaborativa na elaboração do documento, construído coletivamente em consonância aos interesses da comunidade escolar, resultando em práticas pedagógicas norteadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Buscando compreender a abordagem inclusiva validada no documento e, eventualmente, defendida pela instituição, alguns aspectos do documento chamaram atenção, entre eles a missão, quando destaca sobre os valores éticos sociais de igualdade. Já os valores institucionais: “compromisso, responsabilidade, qualidade e ética; respeito às diferenças; autonomia individual e coletiva; cooperação; integridade e transparência; disciplina e diálogo e sensibilização” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 20). Valores esses que, quando considerados a partir da ótica das particularidades e possibilidades de cada estudante, potencializarão ações mais inclusivas.

Quanto ao objetivo geral, é proposto a participação ativa dos diversos segmentos da unidade, a fim de “[...] construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o aluno solidário, crítico, responsável, ético, participativo e sensível aos problemas sociais que o cercam” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 20).

Com o intuito de atender o objetivo proposto, destaca-se dentre os objetivos específicos: “Atender aos alunos com necessidades educacionais especiais cuja meta principal é assegurar condições para o ingresso e a permanência deles no desenvolvimento das ações” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 21). Ou seja, além da garantia de acesso aos/as estudantes com deficiência e/ou transtorno, sua permanência também é evidenciada, o que favorece um processo de ensino e aprendizagem de fato inclusivo, e que implica em ações qualitativas do desenvolvimento de todos/as, garantindo-lhes a participação efetiva no espaço escolar (Veiga, 2003).

Sobre a contextualização do Projeto Político Pedagógico, a inclusão é citada como um dos fatores que impulsiona o desempenho de uma escola transformadora, e é

destacado ainda o reconhecimento e respeito pelas singularidades de cada estudante em prol do seu desenvolvimento.

Referindo-se ao plano de ação, foi observado o objetivo específico (estratégico): Atender os alunos com necessidades especiais, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Plano de ação PPP CEMEI Sol – Perspectiva Inclusiva

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	TEMPO ESTIMADO
Atender em 70% os acompanhamentos bimestrais para os estudantes com necessidades especiais.	<p>Solicitar a Secretaria de Educação visitas periódicas das assessoras educacionais para orientar os professores;</p> <p>Conscientizar os pais/responsáveis da Obrigatoriedade do acompanhamento clínico e específico de acordo com as necessidades da criança as Unidades de Saúde;</p> <p>Informar ao Conselho Tutelar e Ministério Público os casos de negligência no atendimento.</p>	<p>Gestora Escolar;</p> <p>Professores;</p> <p>Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação.</p>	Assegurar condições para o ingresso do aluno e permanência na escola.	Durante todo o ano letivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Analisando de forma pontual cada proposta, na primeira ação, é bastante válido buscar o diálogo/parceria com a Gerência de Educação Especial (GEE), a fim de garantir informações e orientações sobre o caminhar pedagógico inclusivo, a partir da realidade da unidade de ensino. Contudo, as orientações/formações propostas, além de orientar os/as professores/as, podem e devem contemplar toda comunidade escolar, compreendendo que o processo de inclusão precisa ser um compromisso de todos/as.

A segunda ação refere-se à conscientização das famílias sobre o acompanhamento clínico da criança. Compreende-se a importância do/a estudante com deficiência e/ou transtorno ter um atendimento de qualidade também no âmbito da saúde, diante das suas especificidades, ter acesso às terapias, acompanhamento multidisciplinar e, quando preciso, a medicações. Sendo assim, para além dos acompanhamentos referentes à saúde, também é preciso dialogar com a família sobre o processo pedagógico vivenciado na escola, sinalizando as possibilidades de desenvolvimento e despertando nas famílias como a relação de parceria entre família, escola e os serviços de saúde pode potencializar os aspectos sociais e pedagógicos.

A última ação proposta no PPP destaca a parceria com o Conselho Tutelar e o Ministério Público sobre possíveis casos de negligência no atendimento. Contudo, não foi especificado sobre qual tipo de atendimento se refere, deixando incompreensível a ação referenciada.

De acordo com o resultado esperado, mediante as ações apresentadas, é preciso ampliá-las, considerando ações relacionadas também ao processo de desenvolvimento pedagógico do/a estudante. Assim, ratificando o compromisso pedagógico da escola, é necessário sinalizar no plano de ação as propostas capazes de reconhecer, valorizar e fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

Analisando o Projeto Político Pedagógico - CEMEI Estrela, o documento inicia evidenciando a importância do PPP e ressaltando sua finalidade democrática e de qualidade, em prol de uma escola cidadã, envolvendo toda a comunidade escolar. O PPP é destacado como uma necessidade da unidade de ensino, responsável por expressar a autonomia e identidade da instituição através dos registros históricos relacionados ao contexto social onde está inserido o CEMEI, bem como organizar as práticas, ações e metas a curto, médio e longo prazo.

Como objetivo geral, destaca: “Promover o desenvolvimento de uma gestão democrática dentro de uma parceria entre alunos, pais e professores para a realização de um trabalho responsável e compartilhado no processo educacional, observando sempre o cumprimento das leis (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 13). No qual, potencializará a participação colaborativa de toda a comunidade no processo de inclusão.

Para isso, o documento também evidencia alguns projetos a serem desenvolvidos durante o ano, entre eles destaca-se o projeto relacionado à Educação Inclusiva, que visa ações de conscientização de toda a comunidade escolar sobre a inclusão e respeito à pessoa com deficiência; fomentação de ações pontuais reservadas a cada tipo de deficiência e, por fim, a parceria com as profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Diferente do CEMEI Sol, o CEMEI Estrela conta com o serviço de AEE, possuindo uma SRM em funcionamento nos horários da manhã e tarde.

É evidenciado ainda que o PPP se constitui na organização do trabalho pedagógico do CEMEI, considerado um instrumento “vivo” e alinhado com as propostas da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes. Diante das propostas, são mencionados alguns desafios, entre eles destaca-se: Uma educação inclusiva, que seja capaz de construir pontes entre diversos grupos humanos. Conforme a Lei Federal de Nº 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 5). Com isso,

serão identificadas e analisadas as metas e ações que se propõem a atender o desafio mencionado.

Referindo-se ao plano de ação, destaca-se: “Educar para inclusão”, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Plano de ação PPP CEMEI Estrela - Perspectiva Inclusiva

OBJETIVO ESPECÍFICO (ESTRATÉGICO) - 9: Educar para inclusão				
METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	TEMPO ESTIMADO
Manter em 100% ações que propicie novas ferramentas para despertar na criança o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar, despertando os estudantes para a educação inclusiva.	<p>Criar planejamentos totalmente voltados para o assunto;</p> <p>Utilizar-se de campanhas nacionais e municipais sobre o assunto para planejar aulas, ações e projetos;</p> <p>Trazer livros e histórias que enfatizem a inclusão.</p>	Gestão, supervisão, docentes e professoras da sala de AEE.	Crianças e adultos mais humanos conscientes no respeito, e demonstração de amor à pessoa com deficiência.	Durante todo ano letivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Diante da meta apresentada, a primeira ação envolvendo a criação de planejamentos específicos é interessante, contudo, é necessário compreender a temática da inclusão como um tema transversal, cuja perspectiva inclusiva pode e deve estar presente em consonância aos conteúdos programados durante todo o ano letivo, não necessariamente em um planejamento exclusivo sobre inclusão.

Em seguida, apresenta-se a ação relacionada às campanhas nacionais e municipais sobre a inclusão, sendo utilizadas para planejamento de aulas, ações e projetos. Considera-se interessante tal proposta, pois estar atento ao que está sendo discutido sobre a inclusão, no âmbito nacional e municipal, é fundamental para compreender cada vez mais sobre o processo inclusivo e assim promover experiências de acordo com o proposto. No entanto, é preciso ter cuidado para não resumir as ações inclusivas apenas nas campanhas pontuais existentes, como: Semana da pessoa com deficiência, Semana de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outras, e

desconsiderar a interdisciplinaridade das temáticas na perspectiva inclusiva durante o ano letivo.

A terceira e última ação, é sugerido a utilização de livros e histórias relacionados à inclusão, uma estratégia importante para que a discussão sobre a inclusão possa ser vivenciada pelos/as estudantes de forma acessível, lúdica e significativa.

Referindo-se aos profissionais responsáveis pelas ações, é destacado o/a professor/a do AEE, evidenciando uma parceria importante e necessária entre a gestão, professores/as do ensino regular e do AEE, como uma forma de dialogar sobre a temática inclusiva de forma colaborativa no ambiente escolar.

Diante da atuação do/a profissional do AEE, é importante que as ações a serem desenvolvidas nesse serviço também sejam mencionadas no PPP. Por ser um documento que norteará as experiências anuais da instituição, é importante que a comunidade escolar tenha conhecimento de sua existência e funcionamento. Logo, no Art. 9º, referente às atribuições do/a professor/a que atua na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), na rede pública de ensino do município do Jaboatão dos Guararapes, o inciso X destaca a importância de: “propor ações voltadas para a perspectiva da Educação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Educacional e garantir a sua ação” (Jaboatão dos Guararapes, 2022, p. 3).

Logo, a participação do/a docente do AEE precisa ser garantida na construção do PPP, pois é um/a profissional que precisa estar ciente das demandas inclusivas da escola, especificamente aquelas relacionadas aos/às estudantes com deficiência e/ou transtorno, para que possa conduzir e orientar um trabalho efetivo, estimulando o processo de ensino e aprendizagem do/a discente de forma processual e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o PPP o documento mais democrático da unidade de ensino, é de extrema necessidade e importância que sua construção seja realizada de maneira democrática e colaborativa, atendendo às demandas emergentes do cotidiano escolar. A partir da sua construção, a instituição ganha uma identidade social e pedagógica, que precisa “ganhar vida” diante das práticas pedagógicas e docentes inclusivas, para que possa contemplar todos/as os/as estudantes.

Levando em consideração a participação efetiva da comunidade escolar, considera-se que a gestão escolar tem um papel fundamental no fomento do PPP, de forma democrática, inclusiva e emancipatória. Pois, uma vez que a gestão compreende e incentiva a cultura organizacional inclusiva, a comunidade escolar passa a compreender a importância de refletir, planejar e fomentar ações e metas que contemplem todos os/as estudantes, favorecendo assim o processo de desenvolvimento pautado no respeito às especificidades e potencialidades dos/as discentes.

Referindo-se ao contexto escolar relacionado à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, durante as análises dos PPPs, percebe-se que ambos os documentos enfatizam a construção coletiva, contemplando os segmentos da unidade de ensino. Favorecendo assim, o sentimento de pertencimento do processo de inclusão, também sendo responsável pelo seu fomento.

No entanto, percebe-se que a abordagem inclusiva ainda é incipiente nos PPPs, observam-se poucas práticas inclusivas. A concepção de inclusão é mencionada pontualmente por meio de objetivos, ações e metas, mas ainda com poucas ações pedagógicas inclusivas. Logo, percebe-se que propor vivências relacionadas à Educação Especial na perspectiva Inclusiva é um processo que aos poucos está sendo vivenciado nas unidades de ensino, mas que cada vez mais precisa ser estimulado, esclarecido e vivenciado de forma transversal e dialogada às experiências pedagógicas.

Outro aspecto comum presente nos PPPs é referente ao PPP 2024, ambos ainda estavam em construção, o que deixa uma incógnita em relação à sua funcionalidade do documento. Segundo Veiga (2003), é preciso compreender que o PPP é muito além que apenas um documento obrigatório, uma formalidade a ser cumprida por toda escola para atender os princípios administrativos e burocráticos.

Ele é a identidade pedagógica da escola, construída coletivamente por todas as pessoas que fazem a escola e precisa ter sua relevância de reflexão, sistematização e implementação de ações pedagógicas fortalecida diante de abordagens democráticas e inclusivas no fazer pedagógico mediante a sua emancipação. Para que isso aconteça, é interessante que, no início do ano, o documento seja construído para que a efetivação das suas propostas de fato possa nortear as ações pedagógicas.

Sendo assim, observa-se que a concepção inclusiva precisa atravessar e ser atravessada pelas ações e estratégias que vislumbram o contexto educacional, em prol da construção do PPP de maneira emancipatória, priorizando assistir ao desenvolvimento social e pedagógico do/a estudante no processo de inclusão escolar, e tendo a gestão

escolar como alinhada importante nesse processo inclusivo. Pois, é preciso compreender que a inclusão pode e deve ser um princípio norteador do processo educacional, de maneira que a abordagem inclusiva esteja presente na sua completude, que seja contemplada nas experiências educacionais no dia a dia das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. CEMEI Sol. **Projeto Político Pedagógico**. CEMEI Sol, (Mimeo) 2023a.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. CEMEI Estrela. **Projeto Político Pedagógico**. CEMEI Estrela, (Mimeo) 2023b.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Secretaria Executiva de Educação. **Instrução Normativa SME/JG Nº 03/2022**, (Mimeo) 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e amp. São Paulo: Heccus, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022.

SCAVONI, Mariana Paula Pereira. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento**. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/4ae62e26-157e-4968-9816-2d7eba8dc08c>. Acesso em: 27 set. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

ZANATA, Eliana Marques. **O papel do professor da educação especial na construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola**. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155279>. Acesso em: 27 set. 2024.